



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - CAMPUS VII  
CENTRO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA  
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: da Ditadura Militar à  
Contemporaneidade**

**ASENATE SARAIVA DANTAS**

Patos/PB  
2014

**ASENATE SARAIVA DANTAS**

**FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: da Ditadura Militar à  
Contemporaneidade**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação \_SEEC do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup>. Tatiana Cristina Vasconcelos

Patos/PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

D192f Dantas, Asenate Saraiva  
Filosofia na educação brasileira [manuscrito] : da ditadura à contemporaneidade / Asenate Saraiva Dantas. - 2015.  
46 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2015.  
"Orientação: Profa. Dra. Tatiana Cristina Vasconcelos, Pedagogia".

1.Ensino. 2.Educação. 3.Filosofia. 4.Brasil. 5.Ditadura militar. 5.Cidadania. I. Título.

21. ed. CDD 107

**ASENATE SARAIVA DANTAS**

**FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: da Ditadura Militar e à Contemporaneidade**

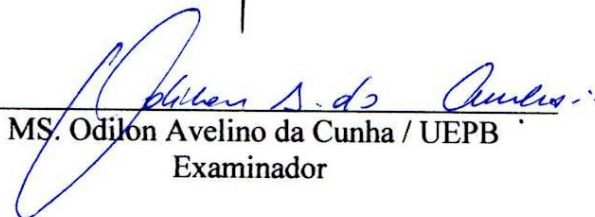
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação \_SEEC do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 22/11/2014



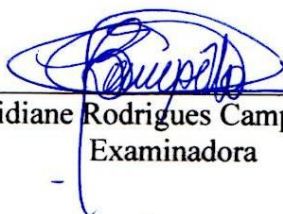
---

Dr<sup>a</sup>. Tatiana Cristina Vasconcelos / UEPB  
Orientadora



---

MS. Odilon Avelino da Cunha / UEPB  
Examinador



---

MS. Lidiane Rodrigues Campelo/ UEPB  
Examinadora

“A minha filha Smirna Lauree, dedico este trabalho como forma de incentivo, para que você sinta orgulho de sua mãe, creio que sua trajetória será a mais promissora possível, pois vejo em você um ser humano brilhante, te amo minha princesa, vida da minha vida, meu melhor presente, amor maior...”.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus, dedico toda honra, toda glória e todo louvor, por que Dele é todo poder, por Ele e para Ele são todas as coisas, Ele tem me sustentado com a destra das suas potentes mãos e tenho chegado até aqui por que Ele é grande, me dar forças continuamente para eu seguir a caminhada nesta vida, reconheço que sou dependente Dele, como um ser humano tão carente e sem Ele eu não teria realizado este trabalho. Sou grata a Deus pelo dom da vida, pelo seu amor infinito, mesmo sem merecer, Deus tem me presenteado todos os dias.

Aos meus pais Rita e Gentil, pelo orgulho de minha trajetória acadêmica, sei o quanto este título é importante pra eles, pelo apoio, compreensão, ajuda, e, em especial, pelo amor dedicado a mim, ao longo da minha vida, tudo que sou é um resultado do esforço incessante deles para eu seja uma cidadã de bem, amo infinitamente mais, eles são o sinônimo do grande amor de Deus para comigo, amo os senhores com toda intensidade do meu ser.

Ao meu esposo Ednaldo (Didi), pelo incentivo e compreensão neste período em que tive que me ausentar por muitas vezes do nosso lar, mas como sempre me deu suporte para eu estar aprimorando meus conhecimentos, pelas horas de ajuda na digitação neste trabalho e pelas críticas construtivas na hora de revisar o texto escrito, te amo mais que ontem e menos que amanhã.

Aos meus irmãos Gentil Segundo e Gisreel Efraim, pelo carinho, embora distantes materialmente estão comigo em espírito e sei o quanto eles torcem pelo meu sucesso acadêmico, amo vocês.

Aos meus amigos e colegas de curso, pela cumplicidade, ajuda e companheirismo ao longo deste período de especialização, creio que foram criados em nós, um vínculo de amizade.

À professora Dr<sup>a</sup>. Tatiana, que contribui de forma significativa para esta formação acadêmica, me dedicando horas preciosas de seu tempo e que atenciosamente se disponibilizou a me orientar nesta pesquisa bibliográfica, sempre acreditando neste projeto enfim, pela orientação deste trabalho meu muito obrigado.

“Existe apenas um bem, o saber, e apenas um mal, a ignorância”.

Sócrates

## RESUMO

O presente trabalho monográfico intitulado, Filosofia na educação brasileira: da Ditadura Militar à Contemporaneidade, trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde se aborda a importância do ensino de Filosofia. Reflete sobre alguns pontos polêmicos e intrigantes, como a retirada e a reintrodução desse componente curricular no ensino médio, pois se vê no ensino de filosofia uma ferramenta para despertar e estimular o interesse do ser humano a pensar, evidenciando a relevância da cidadania e da liberdade. Aborda também, a instauração do Regime Militar no Brasil que representou a desconstrução do processo democrático que encontrava-se em seu auge, impondo ao povo brasileiro um regime ditado pela lei do mais forte. Assim sendo, o ensino de filosofia sai da grade do ensino médio tornando-se prática apenas universitária, mas sob rigorosa vigilância, no modo de pensar e de externar esse pensamento, porque diante da situação política e social que se encontrava o Brasil não era interessante que os cidadãos tivessem um poder crítico e reflexivo acerca da situação caótica que o país vivia. Para fundamentar a temática em questão, embasou-se nas teorias Sader (2014), Gallo (2010), Queiroz e Moita (2007), Fico (2004), Cartolano (1985) entre outros. Esta pesquisa vem através desse estudo apresentar possibilidades que venham a contribuir ao ensino mais eficaz de filosofia e no processo crítico e reflexivo do ser pensante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino – Educação – Filosofia – Brasil – Ditadura Militar – Cidadania – Liberdade.



## **ABSTRACT**

This monograph entitled *Philosophy in the Brazilian education: Military Dictatorship Contemporary*, it is a literature that addresses the importance of teaching of the Philosophy. Reflects on some controversial and intriguing issues, such as withdrawal and reintroduction of this curricular component in high school, as it is seen in the teaching of philosophy a tool to awaken and stimulate the interest of human thinking is evidence of the importance of citizenship and freedom. Also addresses the establishment of the military regime who represented Brazil deconstruction of the democratic process that was in its acme, the Brazilian people imposing a regime dictated by the law of the strongest. Thus, the teaching of philosophy out of high school grade becoming only university practice, but under strict surveillance in thinking and express that thought, because the face of political and social situation that was Brazil was not interesting that citizens have a critical and reflective about the chaotic situation that the country was power. To support the theme in question, with the theories: Sader (2014), Gallo (2010), Queiroz and Moita (2007), Fico (2004), Cartolano (1985) among others. This research comes through this study provide possibilities that may contribute to more effective teaching philosophy and critical and reflective of the thinking process.

**KEYWORDS:** Instruction - Education - Philosophy - Brazil - Military Dictatorship - Citizenship - Freedom.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DITADURA MILITAR: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES.....</b>	<b>14</b>
	2.1 As Controvérsias do Regime Militar .....	14
	2.1.1 As possíveis causas do Golpe .....	15
	2.1.2 As Marcas deixadas Pelo Regime Militar .....	16
	2.2 O Direito à Memória e à Verdade .....	19
<b>3</b>	<b>A TRAJETÓRIA DA FILOSOFIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>24</b>
	3.1 A Educação no Regime Militar.....	25
	3.1.1 O Início da Filosofia no Brasil.....	27
	3.1.2 A Filosofia no Período Ditatorial.....	30
	3.1.3 O Retorno da Filosofia .....	31
<b>4</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A EDUCAÇÃO DE UM PAÍS.....</b>	<b>34</b>
	4.1 A Busca Constante da Filosofia.....	34
	4.1.1 Filosofia e Cidadania.....	36
	4.2 A construção do pensar Crítico.....	38
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

# 1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho, desenvolverá uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de apresentar o caminho percorrido pela Filosofia, no âmbito nacional, desde a sua chegada ao Brasil, com ênfase ao período do Golpe Militar até a contemporaneidade. Sendo observados alguns pontos polêmicos, tais como a retirada e a reintrodução do componente curricular da Filosofia no Ensino Médio, apresentar-se-á ainda o papel a ser desempenhado pela mesma no processo de construção do pensar crítico, crendo que o movimento de exclusão e inclusão foi categoricamente marcado por questões ideológicas que objetivavam inibir a consciência do pensar reflexivo, é certo que não é uma tarefa exclusiva da Filosofia despertar e estimular o interesse do ser humano a pensar, mas ela é essencial e imprescindível na efetivação do ensino-aprendizagem, e por fim ressaltar a importância da cidadania e da liberdade democrática.

Diante do exposto, objetiva-se analisar a trajetória da Filosofia na história da educação brasileira, identificar as causas da retirada do componente curricular Filosofia da grade do Ensino Médio no Brasil, fazer um diagnóstico sobre o que levou as políticas públicas a retirá-la e a reintroduzi-la tornando o seu ensino obrigatório e assim verificar a relação existente entre a Filosofia e a educação na construção de uma reflexão crítica.

Ao final, devem ser ponderadas as condições em que a sociedade se encontrava e fazer uma demonstração comparativa com a sociedade atual, para que com isso se possa sanar e entender o dano histórico resultante da ausência da Filosofia por quase quarenta anos.

A instauração do Regime Militar no Brasil representou efetivamente a quebra de toda uma construção no tocante ao processo democrático que estava no auge de sua construção, tendo em vista que haviam sido eleitos presidentes por quatro mandatos sucessivos através do voto universal, ou seja, o voto era aberto, ao se apresentar diante de um juiz o cidadão podia revelar seu candidato e este representante da lei registrava o voto, e assim o voto era exercido com o objetivo de satisfazer o direito do Estado, desse modo, esta eleição não atingia todos os cidadãos, ficavam excluídos deste ato de cidadania os indivíduos analfabetos.

Apesar de ser um país proclamado democrático havia toda uma fragilidade em seus contornos, pois dos três presidentes eleitos o General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) eram militares e apenas um deles, Juscelino

Kubitschek (1956-1961), era civil, o que fica evidente é que a mentalidade militar já estava submergida dentro da democracia.

Desta forma, o Golpe Militar provocou uma grande ruptura na construção de uma política democrática ao impor ao povo brasileiro, de forma selvagem, um Regime totalmente descontextualizado que se almejava e com as conquistas já obtidas, diante disso, percebeu-se que, do dia para noite, entra em vigor a lei dos mais fortes, onde a regra era clara “quem tem poder manda e quem tem juízo (amor à vida) obedece”. 1964, este é o ano em que o Brasil foi impactado, melhor dizendo este é o ano em que o Brasil foi sitiado pelos militares, no dia 31 de março os brasileiros foram dormir em pleno gozo de liberdade democrática e acordaram no dia seguinte, em 1º de abril com a derrocada do governo de João Goulart (1961-1964), o então presidente eleito democraticamente. Esta nova forma de governo tinha caráter autoritário e nacionalista.

Os quase 21 anos de Regime Militar no Brasil (1964-1985) deixou no povo brasileiro profundas marcas, principalmente no âmbito educacional. Foram anos difíceis e conturbados, principalmente no que se referem aos direitos do cidadão, direitos básicos como o de ir e vir, a liberdade de expressão, dentre outros. A Ditadura julgou o ensino da Filosofia como prejudicial à formação dos jovens, já que por intermédio dela a juventude brasileira seria levada a um pensamento crítico e emancipatório, sendo associada ao comunismo pelos militares.

A Filosofia sai do cenário do ensino médio tornando-se uma prática apenas universitária, o que não significa estarem isentos de uma rigorosa e ativa vigilância.

Com a autonomia da Ditadura Militar, as escolas públicas de Ensino Médio foram levadas em direção a um modelo instrumental de ensino, no qual o resultado e o pragmatismo era o foco. Para substituir a Filosofia foi introduzida a disciplina Educação Moral e Cívica, em consonância ao Regime vigente. Neste contexto político, em que o Brasil estava mergulhado, não era nem um pouco interessante que os cidadãos tivessem acesso a qualquer instrumento que os levasse a um pensar reflexivo e crítico da situação caótica em que se viviam, pois o objetivo era evitar futuros protestos e reivindicações.

Será que do ponto de vista ideológico, a Filosofia influenciava tanto assim o comportamento do aluno aos olhos do modelo político educacional defendido pelo Regime Militar, ao ponto de excluí-la da grade curricular da educação básica brasileira?

Sabe-se que o alvo da Ditadura Militar não foi a educação em si e nem tampouco a Filosofia de forma particular, mas sua mira estava destinada aos indivíduos, com isso

objetivava-se ter o controle do cidadão colocando rédeas curtas ou até mesmo o cabresto em cada indivíduo, em cada pessoa, ser pensante.

É comum ouvir alguém apregoar que no Brasil não há Filosofia e nem tampouco filósofos, só que isto não é passivo de comprovação, pelo contrário, é uma afirmativa que desperta muita rejeição por parte dos estudiosos, como a exemplo do filósofo Amorim (2012, p. 17) que afirma existir de fato “uma filosofia com estilo genuíno brasileiro”.

A filosofia brasileira tem um diferencial das filosofias tradicionais, pois ela é marcada pela cotidianidade e suas vivências; ela está nas ruas, em folhetins, na literatura, contos, romances e nas crônicas jornalísticas. Ela está neste instante acontecendo em qualquer lugar, por um desconhecido qualquer em pleno processo de construção e de reconstrução.

## **2 DITADURA MILITAR: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES**

Sem sombra de dúvida há muitas razões pelas quais se faz necessário abordar esta temática, contudo, o ano de 2014 diz muita coisa no tocante ao Regime Militar, pois ele craveja mais uma velinha no bolo de aniversário da Ditadura Militar, isto mesmo está fazendo exatamente 50 anos de seu estabelecimento. É certo que não há nada para ser comemorado, mas o que deve incomodar o brasileiro como ser pensante, racional e crítico são as seguintes indagações: “Por que quase não se ouve falar neste assunto? Por que os jovens na atualidade, em sua maioria não sabem relatar o que aconteceu neste período e nem tampouco o que ele representa na história brasileira?”, perguntas como essas não devem ficar sem respostas, mas deve haver investigações para saber as causas deste descaso. Ouve-se mais falar nos livros didáticos e nas salas de aula sobre o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália do que da nossa própria ditadura, não há como entender e nem tampouco aceitar este fato cheio de omissão e de interesses por trás deste acontecimento tão recente.

Mas, como toda boa história tem seus dois lados, analisar-se-á as duas faces desta moeda chamada Ditadura Militar, que, por sua vez, foi posta em uma balança de “justiça” e pesou mais de um lado do que do outro, dois pesos e duas medidas, pesou não no bolso do brasileiro, porém pesou em sua vida de forma particular e pública, pesou na mente, no seu cotidiano, afetando o livre arbítrio e sua liberdade de expressão e por que não afirmar que continua pesando até os dias atuais; não deixando dúvida de que o lado mais frágil, que é o do povo saiu em desvantagem.

### **2.1 As Controvérsias do Regime Militar**

A primeira concepção a ser enfatizada é a de que este golpe colocou um fim na legalidade democrática já fixada no território brasileiro “sob a tutela de Estado que agiu apoiado por um conjunto de aparelhos repressivos, cuja ação trouxe graves consequências ao país” (CARNEIRO, 2014, p. 22). Sim, agora o povo estava em estado de alerta a todo tempo, vigiado, com sua liberdade amordaçada, qualquer atitude que fosse do desagrado militar poderia ser considerada subversiva, o que se encontra no Brasil naquele momento são descritos a seguir (CARNEIRO, 2014, p. 24):

Sucederam-se prisões ilegais de suspeitos, perseguições aos familiares, censura postal, invasões de domicílios, deportações de estrangeiros, tortura e morte nos cárceres. Toda e qualquer arbitrariedade era justificada pela lógica da desconfiança. Os militares assumiram o papel de condutores da nação, afastando os civis das esferas de decisões políticas e transformando-os em meros coadjuvantes. A dor e o terror tornaram-se estratégias de controle de multidões.

Os fatos históricos comprovam o descaso com os direitos do ser humano e o abuso brutal de poder. O chamado autoritarismo foi de fato um governo marcado por conduzir o povo com seu braço de ferro. Sua marca registrada é o comando autoritário e sua plataforma principal é fazer valer as leis estabelecidas pelos mesmos, e para haver uma obediência em massa só através de rédeas curtas.

### **2.1.1 As Possíveis Causas do Golpe**

Deve-se fazer uma cogitação sobre as principais teses, do ponto de vista dos militares, que justifiquem o fenômeno Golpe Militar. Uma das principais “desculpas” é a de que os militares sentiam-se diretamente ameaçados em função de uma suposta ascensão do Comunismo no país, pois ele via a possibilidade de um contra golpe, em decorrência de uma futura junção do presidente João Goulart aos comunistas, com isto eles teriam seu poder enfraquecido, sendo esta ideia sustentada por alguns, assim o conceito de um golpe preventivo às ameaças dos revolucionários, mas não convenceram, contudo, segundo os militares, a inevitabilidade de golpear a soberania popular seria coisa certa, este era sim o único caminho para que seus próprios interesses se assomassem ao poder vigente.

O Golpe Militar não foi uma ação unilateral, foi um movimento que culminou da associação entre militares, civis, elite e também muitos representantes de setores importantes da sociedade, principalmente do meio econômico. Na linha de frente estava o Exército Brasileiro e na sua retaguarda, dando um grande suporte, a sua base aliada enraizada na burguesia.

Na visão dos milicos havia uma grande desordem política no setor administrativo no Brasil, pois os ataques eram constantes à hierarquia e à disciplina militar, sempre exaltando o patriotismo, este seriam apenas alguns dos sinais que marcariam que alguma coisa deveria ser feita e com certa urgência, porquanto a questão mais imediata era colocar

ordem na “casa”, tirar João Goulart do poder e fazer uma limpeza nas instituições era uma meta a ser atingida.

O que chama mais a atenção é que não houve nenhum protesto, de imediato, para se opor aos golpistas, diferentemente de outros países, o Brasil assistiu a todo este espetáculo bestializado, não resistiu ao ser impactado pelo Golpe, as resistências viriam a aparecer posteriormente. Foram vinte e um anos aclamados pelo povo de “Anos de Chumbo”, o povo e seus líderes revolucionários começaram a surgir em resposta à perda de muitos de seus direitos. O slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o” explicita que quem não se curvasse ao regime vigorante estava sujeito a se destinar a outras terras, foi em detrimento desta política alienadora e autoritária que muitos brasileiros como artistas, escritores, jornalistas, revolucionários e etc., foram se exilados em pátrias estranhas.

Em suma, pode-se afirmar que o golpe implantado no período ditatorial, era de direita e tinha o firme propósito de acabar com a democracia e cultivar seus privilégios seculares, tudo isto não foi hasteado de uma hora para outra, como foi pregado por alguns, mas ele foi planejado, arquitetado há muitos anos antes, não teve nada de imediatista, foi tudo calculado em seus mínimos detalhes e em suas esfarrapadas e desconectadas desculpas.

### **2.1.2 As Marcas Deixadas Pelo Regime Militar**

Passados quase trinta anos do fim oficial do Golpe Militar e ainda hoje encontra-se resquícios deste período, seus traços estão impregnados em muitas coisas e situações nas quais julgam-se democráticas. Um dos setores onde se pode constatar esta afirmativa é a escola, principalmente dentro do campo do desenvolvimento do mesmo, pois:

A dificuldade que as escolas encontram em lidar com a aprendizagem de forma democrática, a intolerância à diversidade e a falta de referências mais experientes seriam também decorrem da formação repressiva. O controle político e ideológico permanece nas mentes e nos corpos (RODRIGUES, 2014, p. 20).

Desta maneira, a repressão não ficou só dentro do âmbito escolar, ela ultrapassou seus muros e permanece bem viva na mentalidade de alguns brasileiros, que nem se dão conta que são perpetuadores deste sistema opressor/repressivo. Suas marcas estão sendo carregadas



por uma educação que se apresenta como controladora se impondo e atingindo a sociedade como um todo.

Como não falar das estruturas arquitetônicas das escolas no Brasil que ainda exibem características carcerárias, afastadas dos centros das cidades, sendo este espaço dotado de extrema vigilância e serve como uma espécie de punição para alguns jovens adolescentes; nesta perspectiva seria a escola um espaço para recrutar indivíduos, selecioná-los e excluí-los? Tudo isto foi herdado, um legado que se arrasta ao longo da história da educação.

Faz-se necessário observar que vários setores da sociedade se posicionaram durante este período horrendo em seu favor, ficaram ao lado dos ditadores/militares, não só apoiando, mas participando de forma efetiva de suas ações (RODRIGUES, 2014, p. 23):

... Explicar a participação da imprensa, da Igreja, e de parcela da sociedade na derrubada do presidente João Goulart seria um passo... Em 19 de março, sob o comando da Igreja católica, 500 mil pessoas tomaram as ruas em São Paulo na Marcha da Família com Deus pela liberdade, que protestava contra o presidente João Goulart. Às vésperas da sua derrubada, o jornal *O Globo* publicou editoriais em que chamava o quadro à época de ‘democracia suicida’. Em 31 de março, a *Folha de São Paulo* criticava a contenção a ações militares.

Como esquecer o quesito Lei da Anistia, que deve ser considerado um marco nos fatores da continuidade do Regime, esta pareceu mais uma palhaçada, onde foi concedido um “perdão” para crimes políticos executados durante as ações militares, ou seja, foi concedida a absolvição e mais uma vez, os que cometem injustiças e as mais vis atrocidades criminosas neste país saem ilesos, sem punição alguma, apesar de democrático, o Brasil continua mesmo com o término da ditadura injusto e cheio de desigualdades. Neste sentido, pode-se afirmar que foi uma “autoanistia”. Este passado está mais presente do que se possa calcular, pois “A convivência com a desigualdade – a pobreza, a miséria, a exclusão social – é o elemento mais abrangente que o Brasil pós-ditadura manteve” (SADER, 2014, p. 39).

É certo que não se pode falar deste período como um devaneio, como algo alheio a realidade, uma coisa que não pode ser visualizada, já que suas marcas perduram na sociedade, acredita-se que o remédio é falar, descrever, relatar e apresentar de forma racional, a verdade nua e crua da atuação do Golpe Militar, e ser dada sua devida importância no cenário da história brasileira, pois deve-se acreditar que este é o primeiro, de muitos passos, rumo à construção de uma educação democrática. Até hoje, a sociedade civil e os familiares

das vítimas, como também os sobreviventes esperam do Exército Brasileiro pelo menos um pedido de desculpas.

“O fim da Ditadura não acabou com o senso comum elitista e desigual. As práticas jurídicas autoritárias são exemplos disto” (CARNEIRO, 2014, p. 23), foi analisado que as leis brasileiras, em sua maioria, são fundamentadas no discernimento corriqueiro autoritário remanescente do Golpe Militar, que se mantém na plataforma afirmando que o povo não é capaz de governar, e aí acontece um duelo entre a democracia e o direito, as leis brasileiras não são justas, pois foram pensadas fora do contexto social vigente e executadas dentro da legalidade jurídica, é legal, porém, em muitas situações é injusta e a sua neutralidade é discutível. Não basta haver legitimidade democrática e sim, uma democratização da justiça.

Os fatos mostram que o Brasil é o único país latino-americano onde o número de casos de tortura aumentou em relação àqueles ocorridos na era ditatorial, este é um episódio inconcebível que deve levar o indivíduo a fazer uma reflexão analítica e crítica, sendo geradora de uma vergonha diante da falta de repulsa a esse dado, sabendo que muitos destes políticos e militares que participaram destas torturas no Golpe continuam atuando livremente no cenário brasileiro como se fossem cidadãos de bem.

Diante de tudo que o Golpe Militar promoveu nesta nação, surgem mais questionamentos sociológicos e filosóficos, como: “Se o Golpe de 1964 não tivesse ocorrido, qual a situação do Brasil hoje?”. Ao refletir sobre esta indagação deve ser levado em consideração que esta catástrofe atingiu em cheio o setor educacional/intelectual deste país, pois pode se observar que (SECCO, 2014, p. 41):

A ditadura promoveu a eliminação física de toda a futura vanguarda intelectual, política, sindical e artística daquele novo país que ela interrompeu. Os jovens que não foram trucidados, ela humilhou, prendeu, ameaçou e expulsou. Ela ceifou as melhores cabeças das universidades brasileiras. Basta lembrar que cerca de 10% dos mortos e desaparecidos oficiais no país eram estudantes ou professores da USP. Outras universidades foram invadidas, depredadas. E sabemos que a repressão atingiu na verdade milhares de pessoas.

Sem medo de erro, pode-se afirmar que a situação brasileira seria outra bem diferente, seria possível se perceber no presente um conjuntura diversa da que está

mergulhada o Brasil na atualidade, hoje, acredita-se que a educação é o setor primordial para a construção de um país melhor, mais justo, digno e democrático não só de nome, mas de fato.

## **2.2 O Direito à Memória e à Verdade**

É sabido por todos que, os direitos humanos têm sua classificação imóvel, mas em contínua evolução, ou seja, (FONTES, 2014 apud Norberto Bobbio, 1992, p.05):

[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Ao longo dos anos podem ser esses direitos aprimorados, adequados ao tempo, sempre respeitando as circunstâncias de ocorrências. É um processo de construção contínua, nunca estará pronto e acabado. Todos os ideais humanitários inseridos desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo a qual, em seu artigo I, “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, por esta razão o direito que cabe a um ser humano não pode ser algo que venha anular ou interferir no direito do outro, tendo em vista que, este direito se estende a todos independentemente de qualquer atenuante.

Ter direito a ter direito, é um ponto a ser posto em discussão, principalmente concernente a ter acesso à verdade, oriunda de informações, mesmo que tenham ocorridos há muito tempo, quanto aos fatos mais recentes, é fundamental não ser negado à sociedade o direito, a saber, de como aconteceram os fatos, se faz necessário sim, estar a par e ter pleno conhecimento de todos os detalhes que envolvem o episódio, desde os detalhes que mais se destacam até aos mais simples que passem despercebidos e sejam aos olhos de outros insignificantes, acredita-se que o conhecimento contribuiu de forma positiva para que situações semelhantes não causem desastres e perigo na posteridade como outrora.

O direito a informação se apresenta como instrumento fundamental na formação de opiniões, garantindo a todos os indivíduos a transparência devida para as situações ocorridas, associada a esta mesma ideia está o anseio de que os fatos devam ser preservados intactos na memória histórica das instâncias devidas, assegurando o direito ao não

esquecimento e perpetuação da veracidade dos fatos, pois quando é negado este direito a alguém, entende-se que lhe é subtraído elementos insubstituíveis da história de sua existência.

Ao passar das décadas, pôde ser observado que as esferas que deveriam zelar e proteger os direitos do cidadão, na verdade tornaram-se um grande referencial no tocante a violação desses direitos, já que (ARANHA e MARTINS, 2009, p.277):

A população pobre e vulnerável, por sua vez, era e continua sendo vítima da constante violação de direitos humanos. A diferença é que, durante a ditadura, essa população não tinha a quem recorrer, por isso a violência permanecia invisível aos olhos da população privilegiada e, pior ainda, do poder Judiciário.

Não há interesse nenhum no resgate dessas verdades esquecidas com o tempo, principalmente pelos órgãos competentes, pois iriam ter que se remeter a um passado que arrebenta feridas mui profundas e conseqüentemente traria ao público histórias não tão apreciadas pelos remanescentes do Regime Militar, já que a trancos e barrancos atropelaram os fatos e enterraram a história ainda viva na memória das famílias que tiveram alguns de seus membros perseguidos, desaparecidos, torturados, afligidos e mortos. Fica evidenciado o desrespeito e o descaso com a vida humana durante e depois do Golpe de 1964, foi negado a população o direito de enterrar seus mortos, de saber como morreram, de dar um último adeus. Em concordata com relatos de ARANHA e MARTINS (2009, p.277) este não foi um problema que ficou no passado, contudo persiste na atualidade:

Apesar do esforço, o Brasil não conseguiu romper com a mentalidade autoritária do regime militar, o que se nota pelo número elevado de casos de violência sistemática praticada ainda hoje pela polícia. Se antes era o próprio Estado que praticava a violência contra segmentos da classe média que lhes faziam oposições, hoje é a polícia quem exerce contra a população mais pobre. Muitas vezes, diante desses fatos persiste o silêncio cúmplice do setor conservador da classe média, além da omissão do Estado, às vezes incapaz de deter os abusos praticados por seus agentes.

Infelizmente, aqui fica explícito o cenário em que se encontram os direitos humanos no país “democrático” chamado Brasil. Contudo, rumores de movimentos sociopolíticos em busca da valorização de seus direitos, direitos estes já adquiridos e

inalienáveis, exigindo de cada cidadão a utilização de mecanismos para lutar por uma política de superação e não de esquecimento.

Alcançar a efetivação destes direitos não é tão simples, já que trata de fatos não tão recentes, há mais de três décadas pleiteia-se o direito à memória e à verdade, deseja-se que haja esclarecimentos que expliquem os episódios, mas este anseio das classes não está distante de ser alcançado, pois (GALLO p.137, 2010):

O que se percebe é que, na consolidação da memória e da verdade enquanto direito, há uma inversão de produção jurídica moderna, sendo este direito construído de baixo para cima, pois, primeiramente pensado e reivindicado pelos movimentos sociais, é num segundo momento que o mesmo chega até um dos órgãos do Estado que poderá legitimá-los e formaliza-los.

Este movimento é ascendente e já vem ganhando terreno no decorrer dos anos, acredita-se que é possível sim, chegar a sua plena efetivação, que sua formulação continue a existir mesmo que o poder legislativo imponha políticas de esquecimento. O direito a memória e a verdade estão amparados primeiro pelo direito que cada cidadão carrega de conhecer a veracidade dos acontecimentos que constroem sua história, em segundo lugar está resguardado pelos direitos daquelas pessoas que no desenrolar da história foram perseguidos, que sofreram repressões, exílio, toda e qualquer tipo de tortura e até muitos que chegaram a óbito, a fim de que sua memória seja perpetuada. O que se objetiva neste contexto é que, o ato de recuperar uma memória significa trazer para o presente o passado que ficou ausente e esquecido, pois se entende que (SILVA FILHO, 2008, p.173):

É no cultivo e no resgate dessa e de todas as histórias negadas pelo avanço impiedoso da civilização que se poderá ser capaz de se tornar mais humano, de voltar a se indignar com as injustiças e de não esquecer a barbárie que se esconde por trás de cada cena da vida cotidiana.

Não se pode deixar o passado no passado, já que historicamente é por intermédio dele que se compreende o presente e vislumbra um futuro melhor, apesar de ser inegável a fragilidade de alguns destes fatos diante do exercício implacável do poder e se entender ser o

sigilo muito conveniente para o poder vigente, com certeza, negá-los é o caminho mais cômodo e conveniente, mas a luta continua rumo ao reconhecimento.

Os avanços já começaram há algum tempo, pois já foi levantada uma Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), e, recentemente instaurado mais uma comissão chamada de Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), e por fim criou-se a Comissão de Anistia, sendo esta vinculada ao Ministério da Justiça, ainda se pode citar a instauração de uma comissão onde o próprio nome é bem significativo que é a Comissão da Verdade. Essas comissões enfrentam entraves com relação as suas investigações, mas por intermédios destes movimentos sociais, foram promovidas denúncias e levantadas provas documentais sobre formas possíveis de solucionar enigmas de mortos e desaparecidos, almejando com essas situações que o Estado venha reconhecer que foi um forte e exímio violador dos direitos humanos, e como consequência deste reconhecimento, esses casos não tornem a ser cometidos, principalmente, por aqueles que são responsáveis pela efetivação dos direitos humanitários.

Ainda há familiares e famílias que desejam localizar os corpos de seus entes queridos, que aspiram identificar os respectivos responsáveis e, finalmente sobre estes repousar o alívio de que foi feita justiça no que concerne a ter conhecimento dos episódios, sendo esta ação uma forte promotora da responsabilização dos culpados e da dignidade aos seus descendentes.

Ainda durante o mandato do, então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), foi sancionada a Lei de Nº 9.140, aclamada de Lei dos Mortos e Desaparecidos, onde fica clara a evidência de ser assumida a responsabilidade pelas morte e pelos desaparecimentos por parte do Estado, onde o nome de 136 pessoas foram listados um a um. Considera-se de grande relevância este notável avanço de reconhecimento do legislativo para esta questão, contudo, não é ainda o ideal. Todo este ato político de reconhecimento é louvável e contribuirá para que outras destas instâncias vigorem no âmbito do social, servirá também de base para uma construção de uma mentalidade democrática em cada cidadão deste país.

É notório que esta questão de se ter direito à memória e à verdade ainda é um fator bastante complexo no cenário brasileiro, pois para que sejam realmente efetivados enquanto direito de fato, já que existem alguns impasses, se por um lado são percebidos muitas conquistas/vitórias, por outro o país ainda está fechado como assegura Gallo (2010, p.144):

[...] o Brasil segue complacente diante das discussões sobre a abertura de arquivos da repressão e, sobretudo, do julgamento e da punição daqueles que foram responsáveis pela reiterada violação dos direitos humanos ao longo do período ditatorial.

Foram ganhas algumas lutas, mas ainda existem muitas batalhas que devem ser enfrentadas até que todos esses direitos cheguem a ser exercidos e categoricamente preservados.

Um ponto de referência neste debate e de grande importância é a Comissão da Verdade, que nasceu pela força da Lei 12.528, publicada em 18 de novembro de 2011, sendo esta apresentada pela Casa Civil da Presidência da República, com o objetivo de examinar e esclarecer as graves violações dos direitos humanos e ainda efetivar o direito à memória e à verdade histórica, almejando assim a ascensão da reconciliação nacional. Esta lei se remete ao período fixado entre 18 de setembro de 1946 até 05 de outubro de 1988, enfatizando o intervalo tempo em 1964 a 1985, onde foi fixado no Brasil o Golpe Militar. A criação desta comissão intenciona a meticulosa investigação das reais condições em que se deram as mortes ou desaparecimentos das pessoas no período em questão (MOURA JÚNIOR, 2012):

É fundamental quebrar este ciclo de impunidade e, para isso, busca-se reafirmar o vínculo indissolúvel entre a tortura de hoje e a praticada no passado ditatorial recente. A dignidade de cada uma destas lutas está na capacidade de se compreenderem como parte uma da outra.

Realmente analisando por este ângulo é compreensivo que deva sim, os fatos do passado devam ser explicados vírgula por vírgula, pois só assim haverá o entendimento de atitudes presentes no cotidiano dos indivíduos e quem sabe há de se encontrar soluções plausíveis para as violações sofridas na atualidade, é bem verdade que, esses casos aqui expostos não foram resolvidos e superados com o passar dos anos, e talvez não sejam, já que testemunhas, documentos e provas praticamente se perderam no tempo, pelo visto chegar à verdade não é uma tarefa fácil para ser cumprida, pelo contrário é uma missão bastante árdua. Em suma, a Comissão da Verdade é entendida como um mecanismo eficaz no tocante a tentar dar algumas respostas aos questionamentos que ecoam pela história.

### 3 A TRAJETÓRIA DA FILOSOFIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A temática, “*Filosofia na Educação Brasileira: da ditadura militar à contemporaneidade*”, será desenvolvida através de pesquisas bibliográficas que envolvem: levantamento e seleção de fontes relacionadas ao tema, leitura analítica, análise temática, apreciação documental, sínteses, fichamentos, artigos, periódicos de modo impresso e eletrônico, sites, recursos audiovisuais e orientações junto à professora orientadora. Segundo Lakatos (1992, p. 44):

[...] a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa bibliográfica.

Então, por meio desta forma metodológica segue-se as normas da ABNT- (Associação Brasileira de Normas Técnicas- NBR 6023), bem como as normas técnicas estabelecidas pela própria instituição (UEPB) na qual insere-se esse projeto de pesquisa monográfica. As consultas serão realizadas em diversos tipos de fontes, citadas acima, pois as análises dos materiais recolhidos servirão de informações que possam embasar e responder aos questionamentos pesquisados sobre o assunto desenvolvido. Já que uma pesquisa bibliográfica baseia-se primordialmente na coleta de material de diversos autores sobre um determinado assunto.

O presente trabalho é de caráter bibliográfico com ênfase na leitura de teóricos renomados e conhecedores do assunto como Incontri (2008), Correia (2007), Carminati (2004) e Porchat (2005), objetivando-se refletir sobre todas as transformações que o ensino brasileiro vem sofrendo ao longo da história, aqui, mais estritamente acerca do ensino da Filosofia.

Segundo Pereira (2005, p. 113) “A filosofia se alimenta continuamente de sua história”, então estudar-se-á sua história um pouco mais, desta vez no cenário brasileiro, para se chegar ao seu pleno entendimento.



### 3.1 A Educação no Regime Militar

Ditadura Militar, conhecida como um período do céu cinzento e mares revoltos, foi o componente mais regressivo que o Brasil viveu em sua história. Em uma entrevista ao jornalista Rodolfo Viana, o professor Emir Sader, fala sobre este momento histórico do Brasil, publicado no site da USP em 2004 (Apud QUEIROZ e MOITA, p.08, 2007):

[...] Brecou um processo de consciência e organização popular que vinha em ascensão, liquidou o que havia democrático na sociedade brasileira – sindicatos, movimento estudantil, universidades, setores do Estado – impôs um modelo econômico que acelerou a utilização do capitalismo brasileiro, incentivando o consumo de luxo e a exportação, em detrimento do consumo popular. Deteriorou os serviços públicos, particularmente a educação e saúde, de que sofremos hoje ainda as consequências.

O período que antecede a década de 60 foi um dos mais férteis da história brasileira, especialmente da história da educação como a gratuidade da educação, devendo ser pública, liberal, sem distinção de classe, raça e crenças, apoiada nos valores democráticos, ou seja, uma garantia de uma educação de qualidade voltada para o trabalho e progresso. Mas, o Golpe através dos poderes conferidos aos integrantes do Exército pôe fim a essas sucessivas conquistas dos movimentos sociais populares, impondo a coibição a tudo e a todos, reprimiam, negaram incentivos, censuraram roteiros, ou seja, houve uma destruição da tradição e da organização popular.

A educação no Brasil foi convertida em simples reflexo do mundo militar que, segundo QUEIROZ e MOITA (2007, p.11 Apud GHIRALDELLI JR., 2003, p.125/126).

Se pautou pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal efeito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, várias tentativas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderiam encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela ditadura Militar.

Fica claro que no período da Ditadura Militar a educação não era vista como algo acessível a todos, para alguns, no sentido de haver uma educação para camadas populares (trabalhadores) e uma outra para a elite (burguesia). Todas as ações educacionais eram planejadas pelo Ministério da Educação Brasileiro como também pela política americana, surgindo assim os acordos entre o MEC e a United States Agency for International Development (USAID), contratando assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os seus setores.

Professores também foram alvos de atrocidades cometidas neste período histórico, principalmente no Ato Institucional N°5, onde punia qualquer servidor que fosse considerado revolucionário, com demissão e até prisão, simplesmente pelo fato de que o regime pensava que eles eram instrumentos ativos a induzir os estudantes a um pensar crítico.

Um dos movimentos sociais que foi foco das repressões do Golpe Militar, foi Movimento Estudantil (ME) cuja expressividade foi notável na luta contra o Regime. O ME também assumiu uma postura partidarista, em detrimento da constante presença de organizações políticas em sua essência. A principal luta estudantil se deu através de reivindicações por uma Reforma Universitária e conseqüentemente pelo término de acordos MEC-USAID.

O ano 1966 foi muito intenso em relação à luta estudantil contra a Ditadura Militar, no dia 22 de setembro decretou-se o Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura. Como relata Santos (2009, p.105):

[...]. Os estudantes saíram em passeata pelas ruas em vários estados brasileiros sendo violentamente reprimidos. Este episódio ficou conhecido como “Setembrada” e resultou no “Massacre da Praia Vermelha” em que estudantes ficaram presos na Faculdade de Medicina do Rio sendo agredidos, havendo muitas prisões.

A onda de protestos ganha força sendo apoiada, além dos segmentos da educação, por outros setores como: artistas, intelectuais e a população em geral. Na década de 70 o ME estava em fase de reestruturação, pois intensificaram a repressão que acarretou no enfraquecimento do ME, as manifestações em praças públicas foram extintas, quase ninguém enfrentava diretamente o setor de polícia, e a luta resumia-se a debate e a algumas publicações de panfletos informativos como forma de protesto. Através das manifestações culturais, de forma discreta se fazia oposição e críticas ao regime opressor vigente. A peleja estudantil dos

finais dos anos 70 dedicou-se a algumas reivindicações e na reconstrução da União Nacional de Estudantes (UNE).

É necessário ressaltar a grande importância que tiveram estes movimentos em prol do livre-arbítrio popular, lutaram no passado para haver uma maior valorização do que é desfrutado hoje, sendo reafirmadas nas palavras de Santos (2009, p.107):

[...] Lembrar destes protestos é importante para tirarmos lições, para reavermos o que foi feito e assim, podermos aplicar em nossa atual realidade. Pois, se hoje vivemos em condições de liberdade democrática é justamente devido àqueles que se empenharam nessa luta.

Deve haver sim, uma grande valorização destes movimentos na atualidade, para se dá o devido valor as conquistas do passado, estes revolucionários foram pioneiros contra sistemas que oprimem as camadas mais pobres e mantêm as velhas práticas que priorizam a elite escravizando a grande maioria.

### **3.1.1 O Início da Filosofia no Brasil**

O ensino da Filosofia aportou no Brasil, com os religiosos da Companhia De Jesus, chamados de jesuítas. Sabe-se que o pensamento intelectual brasileiro teve princípio no século XVI (1553), ainda no período da colônia, e com a chegada dos jesuítas, que trouxeram as primeiras ideias filosóficas acopladas à política de colonização dos portugueses. Foram eles que exerceram a primeira fase da História da Educação no Brasil. Em uma carta de Pe. Anchieta relatou as atividades exercidas no Brasil:

[...] Mas, embora o nosso principal cuidado fosse ensinar e inculcar os rudimentos da fé, também lhes ensinavam as letras; pois eram de tal modo aficionados a aprender a doutrina, que na mesma ocasião eram levados a aprender a doutrina da salvação; davam conta daquilo que pertenciam à fé instruídos segundo algumas fórmulas de interrogações (catecismo) alguns até sem elas... (SCHMITZ. 1994, p.48).

Fica evidente que os jesuítas desempenhavam uma espécie de teocracia sobre os nativos, ou seja, eles detinham o poder (governo) afirmando que a sua autoridade tinha origem divina, submetendo as instituições laicas às religiosas.

O Marquês de Pombal, após a expulsão dos jesuítas, fez uma nova reforma, chamada de reforma pombalina, na Universidade, em detrimento de um espírito novo, moderno, que exterminaria a doutrina dos jesuítas. Surgiram ideias novas e livros mais atuais. No ano de 1759, o Marquês autoriza aos franciscanos a instaurarem no Rio de Janeiro uma cátedra de Filosofia. Ainda que tenha sido um largo passo para ser validado o ensino, as reformas pombalinas foram consideradas um retrocesso para a educação, pois, foram utilizados os mesmos métodos de ensino, livrescos e religiosos.

A cultura filosófica é resumida a meros comentários teológicos, ou seja, uma simples reprodução de ideias, se constituindo como uma mera assimilação, um registro, um comentário, enfim um eco das corrente estrangeiras:

A filosofia era assim considerada uma disciplina livresca. Da Europa ela nos vinha já feita. Era sinal de grande cultura o simples fato de saber reproduzir as ideias mais recentes chegadas. A novidade supria o espírito de análise, a curiosidade supria a crítica (COSTA, 1967, p.08).

Em 1808, com Dom João VI foi introduzido novas ideias na vida na colônia como afirma Mazai e Ribas (2001, p. 05):

[...]. Nesse período, chegaram a realizar-se conferências filosóficas. Nasceram novos colégios para a preparação da nova classe que iria administrar e governar a colônia. Os negócios aumentavam e exigiam uma expansão da educação. Neste clima de transformação, a filosofia no Brasil e o seu ensino estavam voltados para a formação profissional e não mais para o ensino propedêutico visando a formação sacerdotal e a propagação da fé cristã.

Em meados da década de 30 do ano de 1800, a filosofia passa a ser obrigatória, contínua, arbitrária, retórica e enciclopédica, era inclusa no currículo dos liceus e dos ginásios do curso secundário. A elite intelectual brasileira iniciou um processo de modernização no

final do século XVIII, principalmente depois de um contato mais próximo com os conceitos filosóficos e científicos do mundo moderno.

Já no século XIX os intelectuais se voltaram um pouco mais para as teses iluministas, pois sempre houve uma necessidade de se criar um conjunto de pensamentos políticos para analisar de forma reflexiva a situação da nação. O interesse dessa massa pensante era harmonizar as aspirações de modernidade com a realidade brasileira. A Filosofia foi marcada por avanços no setor econômico, como também a ascensão de correntes filosóficas como o Positivismo e Otimismo. O Positivismo teve como seu maior representante Augusto Comte e foi apresentado com caráter romântico, trazendo autonomia mental através da expressão, manifestando um espírito verdadeiramente crítico. Tudo isto fica claro nas palavras de Mazai e Ribas (2001, p.06):

[...]. As ideias positivistas se faziam sentir nas escolas e notava-se o interesse pela ciência. A ciência era encarada como uma panaceia para a humanidade, pois continha solução para todos os problemas levantados. No método positivista, buscava-se renovação dos padrões da nossa cultura e libertar a inteligência brasileira da tutela eclesiástica.

Estava ligado ao Positivismo o Evolucionismo, que deixou marcas ao acentuar a relevâncias das ciências no pensamento europeu e nacional, então a questão do *a priori* começa a se solidificar, como papel importante da filosofia na construção teórica e crítica do conhecimento, libertando o ser humano da ideologia dominante, que objetivava o aprisionamento da racionalidade crítica. Vencer o atraso cultural do país era o que se desejava, observando sempre o lado prático e social das teorias do que o aprofundamento filosófico e discursivo da situação política e social vigente.

O Brasil chega ao século XX completamente retrogrado para uma idolatria à ciência, desde então, percebeu-se a necessidade de uma renovação da filosofia no cenário brasileiro. Com a queda do Império e a instauração da República, se deu início a uma preocupação com a busca de uma sociedade racional. Surge a Faculdade de Filosofia e Letras, apareceram novos livros de ensino da Filosofia, contudo, ainda possuíam um caráter católico. O pensamento brasileiro começa a caminhar em direção a uma compreensão de si mesmo, ou seja, percebe-se como ser importante, situando-se no espaço e no tempo.

O primeiro curso regular de Filosofia no país foi na Faculdade de Filosofia São Bento, em São Paulo, em 1908 fundada pelos beneditinos. Com o decreto de N° 11.530 de

1915, a nova reforma educacional colocou a Filosofia como disciplina facultativa. Porém, as novas doutrinas filosóficas surgiram de acordo com os interesses das classes médias em ascensão. A partir de 1930 aconteceu uma reviravolta no quadro educacional, por intermédio de duas reformas:

[...]. A primeira se deu em 1931 e determinava que a educação visasse, não somente a matrícula nos cursos superiores, mas também, à formação do homem para todos os setores da vida, isto é, uma formação integral que lhes possibilitasse tomar decisões claras e seguras em qualquer situação de sua existência. A segunda em 1942, decreto nº 4244, intitulada Lei Orgânica de Ensino Secundário, dividiu o ensino em dois ciclos: o ginásio que era cursado em quatro anos e o colegial em três. Ainda o colegial subdividia-se em científico e clássico. O científico visava ao ensino das ciências, já o clássico, por sua vez, previa uma carga horária de quatro horas semanais para a Filosofia. Seria a formação intelectual (MAZAI e RIBAS, 2001, p.09).

No ano de 1961, acontece um fato muito significativo na educação brasileira, foi feita a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024, sendo a Filosofia foi induzida a ser considerada disciplina complementar, e assim perdeu a sua obrigatoriedade no sistema de ensino, e com a continuação foi reduzida as horas-aula da disciplina de Filosofia.

### **3.1.2 A Filosofia no Período Ditatorial**

A ditadura instaurada quando os militares tomaram o poder não afetou de início a educação (Filosofia) em si, mas isto não durou muito tempo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevista na Constituição de 1946, só foi colocada em prática em 1961, durante o governo de João Goulart. A Lei 4024/61 tinha como uma de suas orientações a não obrigatoriedade do ensino de Filosofia, e este foi o ponto em que se firmou o então Regime e no ano de 1968, a Filosofia foi retirada de todos os vestibulares e do Ensino Médio do país, tornando seu acesso difícil já que era destinada apenas ao Ensino Superior.

O ensino da filosofia não atendendo a essas solicitações tecnoburocráticas e político-ideológicas, já não servia aos objetivos das reformas que se pretendiam instituir na estrutura do ensino brasileiro. A sua extinção como

disciplina, já optativa no currículo, em 1968, foi pensadamente preparada através de uma série de leis e decretos, pareceres e resoluções do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de São Paulo, que, neste caso, centralizavam as decisões da área educacional (CARTOLANO, 1995, p.72).

Como se não bastasse a retirada da Filosofia, isto tinha que constar em lei, e em 1971, a Lei 5692/71 elimina de vez a Filosofia da grade curricular do Ensino Médio, substituindo-a pela disciplina Educação Moral e Cívica. Esta disciplina tinha um objetivo claro, ela não foi introduzida em vão, visava contribuir para a formação daquela concepção ideológica, na qual se buscava legitimar o uso da força bruta como instrumento de governo. Torna-se nesta época impossível falar em democracia, pois o setor educacional em todos os níveis foi adequado aos dogmas dessa política autoritária.

“O ensino nas escolas públicas no Brasil estava subordinado ao Estado, pois as escolas tinham que ter seu saber vinculado ao controle centralizador do Governo Federal” (INÁCIO FILHO; ABREU, 2006, p. 128).

A verdadeira intenção da ditadura era manter o poder da Filosofia sob controle, já que teoricamente ela representava uma ameaça ao sistema opressor vigente, o incômodo maior gerado pela Filosofia foi sua capacidade de formar cidadãos conscientes, convictos de seu papel na sociedade e críticos da sua realidade social.

Por estas e outras razões, faz-se necessário pensar em nossos desafios filosóficos atuais e futuros, pois a filosofia não é uma mera reprodução, mas sim uma projeção bem promissora para a renovação do pensamento crítico, como pontuou o poeta Mário Quintana (s./d.) uma vez que o passado não reconhece seu lugar, pois ele está sempre presente.

### **3.1.3 O Retorno da Filosofia**

Ao término do regime autoritário, em 1985 é percebida uma necessidade de repensar algumas coisas no Brasil, a volta da Filosofia na grade curricular do Ensino Médio é uma delas, isso tornou-se uma meta a ser atingida. Reintroduzir a Filosofia nos currículos, não foi uma tarefa fácil e nem tão pouco instantânea, foi algo gradativo, dotado de muita luta, de esforços e de obstáculos.

Em seu artigo 36º, a LDB (Lei 9394/96) determinou que ao final do Ensino Médio todo alunado devesse “dominar os conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 2008, p. 16). Apesar desta lei, muita coisa ainda tinha que

ser mudada, pois ela deixou bastante a desejar concernente aos procedimentos adotados em sala de aula para o exercício do filosofar e a obrigatoriedade do ensino de Filosofia que não estava descrito nela; sendo assim, o aprendizado da reflexão filosófica continuou marginalizado, ou melhor, o seu ensino foi mal trabalhado e sem nenhum nexo com a essência filosófica, o que não deixa de ser reconhecido como um passo importante, a criação desta Lei, rumo à Filosofia de reflexão.

Quando se relaciona a temática cidadania à Filosofia, causa um pouco de estranhamento à primeira vista, pois se tem a nítida impressão de que elas não conversam entre si, porém a noção de cidadania não escapa das opções filosóficas, já que esta noção chega como consequência de um processo filosófico, sendo ele mesmo tomado pela reflexão. A concepção de cidadania apontada na Lei 9394/96 nos conteúdos de Filosofia tem como objetivo desenvolver a capacidade de diagnósticos de reconstrução racional e crítica diante de textos propostos de qualquer tipo e emitir opiniões significativas acerca deles.

Contudo, é errôneo o pensamento de que o papel da Filosofia seria suprir a carência de um “lado humanístico” na formação dos estudantes, pois sua verdadeira função segundo Brasil (2008, p. 28) é “A filosofia cumpre, afinal, um papel formador, uma vez que articula noções de modo bem mais duradouro que outros saberes, mais suscetíveis de serem afetados pela volatilidade das informações”.

Assim, passaram-se quase 40 anos de lacuna da Filosofia na grade curricular do Ensino Médio. No ano de 2008, depois de muitos debates, conferências e tentativas mal sucedidas de tornar o ensino da Filosofia uma obrigatoriedade. Finalmente o pontapé é dado na Lei 11.684/2008, que altera a Lei Nº 9394/96, a Filosofia passa a ser caracterizada como componente curricular obrigatório nas três séries do Ensino Médio. Uma grande vitória é conquistada no cenário educacional do Brasil, em contrapartida a volta da Filosofia foi um pouco conturbada e sofreu algumas resistências por parte dos alunos e também da população como um todo, resistências essas que são plausíveis de compreensão, pois o motivo das aversões fica bem claro e evidente na afirmação de CARMINATI, C.J (2004, p. 11; SEAF, 1978, p. 12, apud CARMINATI): “[...] a filosofia tornou-se completamente desconhecida pelas novas gerações e considerada como uma forma ultrapassada, antiga, irreal, sem ter nada a ver com o ensino ‘moderno’, atual, ‘pragmático’, ‘produtivo’ etc. [...]”.

É claro e consequentemente aceitável o choque com o retorno da Filosofia, pois este adormecimento de quase quatro décadas foi um período que deixou profundas cicatrizes na intelectualidade da educação brasileira. Sabe-se que não é uma tarefa fácil de se conquistar, ou melhor, reconquistar a confiança na eficácia da disciplina do dia para a noite,



necessita-se de tempo e um trabalho intenso para se chegar à autonomia e independência do pensamento filosófico na educação pública brasileira.

Este processo será lento e gradativo, uma tarefa muito árdua e complexa, contudo, esta missão não é impossível, mas possível dentro de uma perspectiva de educação de qualidade e de um saber desarraigado de preconceito.

O ponto de partida para se alcançar a adesão do alunado à Filosofia, seria levá-los ao conhecimento de suas razões, tornando-os responsáveis e conscientes de seus procedimentos e conseqüentemente levando-os a uma abertura que os proporcione uma reflexão, desta maneira, estar-se-ia possibilitando uma racionalização sobre a informação, buscando uma emancipação no pensamento crítico racional.

#### 4 A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A EDUCAÇÃO DE UM PAÍS

Não há como fugir da filosofia porque ela está implícita na essência da humanidade, o ser humano é filósofo por natureza embora muitas vezes não tenha consciência disto, segundo o filósofo italiano Antônio Gramsci (apud. ARANHA, p. 16, 2009) “não se pode pensar em nenhum homem que não seja também filósofo, que não pense, precisamente porque o pensar é próprio do homem como tal”. Só que este pensar não é inferior, nem superior e nem tão pouco igual, mas diferente, não é uma filosofia de vida, um filosofar espontâneo do senso comum, é um pensar sobre as suas ações no meio em que vive, é o refletir, é o pensar duas vezes antes de agir, um pensar não mecânico, mas proposital, tendo a convicção que este pensar é necessário à vida humana.

A Filosofia está em cada um quando se decidi fugir do senso comum, do comodismo, das mesmices, das verdades absolutas e incontestáveis, entender que não se pode e nem se deve aceitar as coisas como elas são sem maiores considerações, questioná-las deve ser uma tarefa categorizada como primordial, detectar o problema, ter uma capacidade crítica de discernimento para se compreender são alguns passos para racionalidade.

É certo que a filosofia explora a superação das situações que sobrevém ao homem, impedindo a estagnação diante dos obstáculos da vida, este homem deve sempre está aberto/apto às mudanças, sabendo que já passou da mentalidade mítica para o pensamento crítico racional e filosófico, se faz necessário agora uma postura diferente diante da vida, desvendar os mistérios e histórias da existência humana, com o desejo do conhecimento, compreendendo sempre o porquê e a razão de tudo através de sua próprias constatações, “preferir ser uma metamorfose ambulante do que ter aquelas velhas opiniões formadas sobre tudo”.

Ela desafia o ser humano a sair da sua zona de conforto da irracionalidade e convida-o a despertar deste comodismo para alcançar novos horizontes, fazendo-o perceber que há caminhos novos a serem pisados, levantar e sacudir a poeira dos olhos para enxergar que nunca é tarde para se encontrar com a criticidade inerente a racionalidade, já que deve ser entendido que aquelas respostas prontas e ultrapassadas não combinam com o deslumbrar do pensamento analítico, na antiguidade as pessoas se conformavam com respostas do tipo: “por que Deus quis”, hoje é notório que não é mais concebível esta ideia, pois o homem já começa a dar passos largos rumo a emancipação do seu pensamento livre de amarras.

#### 4.1 \_ A Busca Constante da Filosofia

Sem dúvida alguma a procura da filosofia ao longo dos tempos é pela verdade, mas não procura qualquer verdade, deseja chegar ao seu pleno conhecimento de modo racional, encontrar um caminho e percorrê-lo é bastante espinhoso, mas contribuirá para o crescimento inteligível do homem enquanto “ser”. Quando se está nesse caminho deve se questionar tudo, pois ao pôr em dúvida tudo e todos se quebra as velhas e enraizadas ideias de verdades já entranhadas na humanidade, a Filosofia nos induz a romper com as mentalidades recheadas de mitologias para poder iniciar a jornada em busca da verdade, tendo a confiança que ela libertará o homem, pois a liberdade é um fator decisivo na formação dos seres, homens livres que serão sujeitos apenas a autoridade de sua própria razão, submetendo a si mesmo toda a capacidade de julgar e discernir sem interferência alguma do mundo exterior.

Romper com toda forma de dogmatismos, ritos e conceitos já conclusos, é romper consigo mesmo para iniciar outras conexões entre o ser e o mundo construindo uma ponte sólida rumo ao conhecimento da verdade, é uma espécie de regresso às origens do homem, é voltar a ser livre das correntes de toda uma vida. Segundo o pensamento de CAMPANER, (p.16, 2012):

A Filosofia deve dar uma resposta ao rumo antifilosófico tomado pela sociedade atual, que é o de mostrar como as coisas não coincidem com o seu conceito, e que a filosofia não coincide com a “Filosofia repugnante” daquela que aceita as correntes por mais duradouras que sejam.

Quando se observa o abismo que se abre diante do ser, enquanto tenta negar aquilo que sempre depositou sua inteira confiança, abala com a estrutura de suas convicções primárias, surge assim um novo horizonte, é um recomeço, é uma nova era sem rótulos, sem pré-conceitos, sem prisões intelectuais. A Filosofia apresenta uma empreitada ao homem, a de fazer uma confrontação entre todos os pontos conflitantes da sociedade vigente e buscar para esses dilemas uma interpretação racional e, por conseguinte produzir uma conscientização do ser. Ao contrário do que se pode ponderar, todas as atividades destinadas ao homem hoje, apontam caminhos marcados *a priori* que indicam a direção e oferece alternativas adulteradas para driblar os obstáculos, e esta “facilidade” impossibilita o indivíduo de fazer uma reflexão, uma escolha livre, sem intermediações.

O primeiro passo é conscientizar-se de sua condição, o ser humano necessitará libertar-se das correntes que o prende e abandonar as indumentárias que vestem seu corpo, livrar-se das suas ideologias, tradições e dogmas, ou seja, nada deve ser mantido de sua antiga forma de existir, pois ao assumir esta nova postura diante da contemporaneidade, estará assumindo a si mesmo enquanto ser liberto.

O novo universo que se abre diante do homem, é atropetado de problemáticas, de possibilidades, de modificações, são eternas novidades a cada impasse da vida, estar-se-á sujeito a discussões, a erros e acertos, a possíveis resultados ou não. É certo que, há muitas incertezas nesta caminhada com destino ao pleno conhecimento da verdade, mas este é um trajeto que deve ser percorrido pelo próprio ser, desbravar essa trilha cheia de montanhas, vales e até perigos, deve ser uma provocação enfrentada sem medo de encarar o desconhecido “o novo”, andar pelo caminho que outros já percorrerão, que alguém já fez é muito cômodo, mas não é construtivo, ser agente de suas próprias decisões, ser o autor de sua própria história, de suas conclusões é um processo gratificante, esta é a proposta, este é o desafio, não é fácil, porém não é impossível ao ser um racional.

Espera-se que surja um novo homem, com seu pensamento crítico aguçado e tendo havido o pleno desenvolvimento das habilidades necessárias à praticidade de seu intelecto.

#### **4.1.1 Filosofia e Cidadania**

A Filosofia não é um amontoado de informações doutrinárias cheias de regras e de normas que servem de modelo padronizador a ser seguido por toda a humanidade, contudo ela é desafiadora no que diz respeito a posicionar-se diante das questões da vida, desde as mais simplórias até as mais complexas, exige do ser humano um “não aceitar” as coisas como dizem que elas são sem haver ao menos uma indagação de forma dubitável.

A relação entre os conhecimentos filosóficos e a concepção de cidadania está explícita nos documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Na Resolução CEB 03, em seu Artigo 2º, de 26 de junho de 1998, são apresentados valores morais e éticos, na Lei 9.394, como por exemplo, os direitos e deveres do cidadão e solidariedade humana entre outros. Observa-se ainda que existe uma grande lacuna de práticas cidadãs no campo educacional/filosófico, mas estas necessidade devem ser postas em prática, pois tais valores são essenciais ao convívio humano, é impossível o acesso e a valorização da moral diariamente dentro da prática escolar sem haver a sua devida valorização, o indivíduo

ao discutir qualquer texto está fazendo parte da construção da ordem democrática, onde deve ser observado o respeito buscando o bem comum. E a Filosofia, por sua vez, não estaria alheia neste processo em direção à interação entre a escola e meio social (comunidade).

É óbvio que a função da Filosofia não se limita apenas a participar do processo para contribuir como articuladora no exercício da cidadania plena, o campo filosófico vai muito, além disto, só que a este respeito não fará vista grossa e cumprirá seu papel que é engajar no processo contínuo na formação dos jovens cidadãos, como afirma (BRASIL, p.26, 2008).

Não se trata, portanto, de um papel particular da disciplina de Filosofia, nesse conjunto, oferecer um tipo de formação que tenha como pressuposto, por exemplo, incutir nos jovens os valores e os princípios mencionados, nem mesmo assumir a responsabilidade pela formação para a solidariedade ou para a tolerância. Tampouco caberia a ela, isoladamente, “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (LDB, artigo 35, inciso III).

É de responsabilidade da Filosofia o papel de coadjuvante na estrada rumo à cidadania, não sua tarefa o função de ator principal, já que é de interesse da mesma analisar o todo de qualquer questão e não suas especificações. E para ser mais preciso, é competência da Filosofia despertar no cidadão sua capacidade de análise diante de escritos de qualquer tipo para fazer uma reconstrução dos mesmos, baseada na racionalidade e na criticidade que é inerente a cada ser de forma peculiar. Sendo ele capaz de expor suas conclusões mediante os textos lidos que conseqüentemente contribuirá de forma efetiva para exercer a cidadania.

A tarefa que desempenha a Filosofia, frente à situação atual de mudanças e desafios colocados para toda a humanidade, é essencial para se compreender o presente e para a construção de uma sociedade não alienada de amanhã, ou seja, a Filosofia trata de dilemas comuns da existência e do convívio humano, gerando em cada indivíduo uma responsabilidade que resultará no bem comum, é o chamado “efeito dominó”.

O Filósofo, de forma particular, é um grande colaborador exercitando sua cidadania na crítica conceitual de assuntos essenciais para a construção de uma democracia aperfeiçoada, e diante deste contexto será criado naturalmente novas relações humanas que ampliará a liberdade de todos. Enfim, a Filosofia como prática de cidadania é colocada no

centro do debate atual sobre o sentido da vida humana, sobre os parâmetros políticos, ideológicos, culturais e religiosos impostos no meio social.

#### **4.2 A Construção do Pensar Crítico**

Uma educação voltada para a construção do pensar crítico exige dos indivíduos uma pré-disposição desde muito cedo, ainda crianças, a exercitar a racionalidade inerente a cada ser, de maneira peculiar e diferenciada, de tal forma que o resultado seja, no futuro bem próximo, a concretização de cidadãos críticos, autônomos, livres e responsáveis. Cada pessoa deve ter a possibilidade de desempenho, ou seja, ter a oportunidade de aprender a pensar, pensar por si mesma, investigar e descobrir o novo, o desconhecido, para finalizar com suas próprias constatações.

O mundo moderno e globalizado da contemporaneidade requer dos seres que eles sejam instruídos, que reflitam que desenvolvam, enfim, que pense, pois as coisas nas esferas democráticas não funcionam sem a presença de cidadãos reflexivos, o processo mercadológico do capitalismo industrial está totalmente embasado na efetivação da racionalidade, por esta razão é que teoria e prática devem caminhar juntas, lado a lado, rumo ao aprimoramento da sociedade em contínuo e frenético desenvolvimento.

Neste contexto a educação deve ser participante desse processo longo e contínuo na vida dos humanos, aproveitando as experiências, observando o cotidiano e dando ênfase ao diálogo. Entendendo que o diálogo é o elo principal entre a sociedade e a educação, estas ferramentas são essenciais na caminhada ao desconhecido. Segundo Santos (1995, p. 74) cabe a Filosofia:

[...] sacudir-nos os espíritos, quando se trata de coisas que somos levados a tomar por adquiridas e encerradas. Mas, acima de tudo o objetivo da Filosofia, qualquer que seja o assunto, é o de cultivar a excelência na reflexão. Por outro lado, ainda, a Filosofia é, essencialmente, dialógica. Ora, as capacidades reflexivas podem aperfeiçoar-se com os outros, através do diálogo.

É sabido que este papel de indução ao pensar crítico não é só da Filosofia, mas também cabe ser desempenhado por todos os componentes do currículo educacional, a Filosofia auxilia na construção deste pensar criticamente, procura dar razões para que possam

afirmar ou negar, comparar, estabelecer parâmetros, diferenciar, levantar questionamentos relacionados, fazer interferências, esclarecer os conceitos e por fim alterar ou não o ponto de vista de onde partiu a investigação, este é o grande ápice do ponto de satisfação da Filosofia, estimular a averiguação e eliminar as respostas prontas e acabadas, nunca rejeitar o outro, o diferente, porque nesta estrada o resultado pode não ser o esperado, nem sempre se chega ao fim, pois a metodologia da busca as vezes é inconclusiva.

Este pensar que se almeja, deve acontecer naturalmente assim como a respiração, sendo este passivo de aperfeiçoamento, ele nunca estará pronto. É necessário despertar e estimular desde muito cedo para este pensar, pois isto tornará o processo mais complexo (SANTOS, 1995, p.75):

[...] Incitar a criança, desde muito cedo, a tornar activas as suas habilidades de pensamento, numa situação vital de comprometimento, cooperação, construção e autonomia, é, para o autor, desenvolver um pensamento hábil e responsável, que conduz a formação de juízos, porque se apoia em critérios, é auto-correctivo e sensível ao contexto, e, por isso é um pensamento crítico.

A aprendizagem poder ser lenta, mas é progressiva já que através dos diálogos, debates e discussões filosóficas, desde a infância, este processo na fase adulta se tornará eficaz e efetivo, revelando um modo de ser, de estar, de viver no mundo, onde há uma exploração, uma procura rumo à constatação de que todos os elementos são necessários e devem ser envolvidos no processo do pensar crítico. Sabendo ainda que o diálogo deve ser explorado mesmo sendo causador de tanta instabilidade e desequilíbrio, provocados pela indagação autêntica, contudo, a desconexão é indispensável ao ser humano.

O homem deve ser o ponto de largada e também o ponto de chegada, pois em consonância com Santos (1995, p. 77) a “educação entendida como processo reflexivo em movimento, e nunca um produto acabado, possibilitando, assim, uma reconstrução da experiência individual e social”, o ser é o centro deste processo de investigação.

A escola é um espaço propício ao desenvolvimento de atividades do pensamento crítico, onde o ser se norteia no espaço e no tempo em que está inserido, com o objetivo de efetivar prazerosamente o hábito de pensar, refletir e dialogar em conjunto, para que surja uma aprendizagem de qualidade que privilegie o individual e o todo, dando uma solidez ao alicerce para o surgimento do cidadão em sociedade.

Dentro do campo escolar, deve ser repensado o fazer educativo, pois como assegura Pereira (2009, p.1524) “[...] um novo olhar é lançado sobre a educação brasileira buscando a superação fragmentária e visando o resgate da escola enquanto instrumento de humanização”. A tarefa de escola e dos professores vai além de uma simples transmissão de informações, de conteúdos e de conhecimentos, ela intermediará uma troca de saberes dentro do processo de desconstrução e construção permanente, tudo dentro da percepção do conjunto de acontecimentos ligados ao cotidiano, resultando num pensar que deve estar visível como reflexão crítica do ser humano no discernimento de seus destinos.

[...]. A escola é um instrumento para isto, ela deve proporcionar aos educando instrumentos que lhes permitam maior rentabilidade da sociedade em que estão inseridos permitindo que se tornem sujeitos conscientes de sua própria história (PEREIRA, 2009, p.1527).

Ao desenvolver a capacidade de pensar o educando adquire autonomia e liberdade na construção de critérios de escolha, esses critérios são propícios a criação do pensar crítico, reagindo sobre a atual sociedade, interferindo no meio, modificando a si e o mundo. Sendo assim, o ser humano irá ampliar e transformar a realidade, potencializando suas compreensões.

Essa tomada de consciência, quando acontece, surge um novo homem, que problematiza, que questiona, que desmistifica, que constrói e não se conforma com o individualismo, pois ela visualiza a coletividade, sua capacidade crítica e reflexiva aflora naturalmente permitindo a este cidadão, ser partícipe da democracia que liberta e chega a plena compreensão que é um sujeito ativo que pode ser agente de transformação da sociedade.

Se faz pertinente observar, que o homem deve sentir a necessidade de se apossar desses elementos que são imprescindíveis no processo da construção da identidade de cada um, pois “É da educação a tarefa de abrir e construir espaços para realização da pessoa que, na sua totalidade precisa aprender o valor do ser”(PEREIRA, 2009, p.1530).

Em suma, a construção de um pensar crítico, dentro de uma sociedade reflexiva, deve investigar seu meio, no qual se está inserido, sendo, capaz de problematizar a realidade vigente, dando espaço para a alteridade e por fim compreender o sujeito coletivo.



## 5 CONCLUSÃO

A Filosofia representa um saber que envolve não só teorias, mas principalmente uma prática pautada no contexto social e político vigente, ela deve promover o livre debate entre os protagonistas sociais que lutam por um mundo mais digno e mais igualitário.

Na atualidade é percebido um grande vazio no caráter da sociedade gerando um expressivo e profundo desvio de conduta ética, ocasionando problemas e gerando desconforto em todo o seio social. O desafio de pensar a vida em sua essência deixará marcas visíveis, repletas de perplexidade e indignação, pois quando se faz uma reflexão filosófica, voltar a pensar o já pensado, conseqüentemente far-se-á algumas mudanças com relação à influência que se exerce no meio, pois racionalmente não se pode aceitar que o processo de influência seja inverso, ou seja, que o ser seja totalmente influenciado pelo meio, ele deve ser um agente de transformação, de mudanças e principalmente um agente de renovação da sua vida, para sair da estagnação e fazer um novo caminho, construir sua própria história.

Não dar mais para continuar em meio ao caos das políticas públicas, dos marketings midiáticos e da grande influência dos veículos de comunicação social na vida privada do ser humano, de maneira avassaladora toda essa exterioridade vem invade e não pede nem licença, os valores estão se perdendo, ou melhor, estão ficando fora de moda, esqueceram os princípios morais, até parece que se vive em terras onde o que prevalece é o ilícito, o imoral, o desumano, estão invertendo os valores, ao doce chama-se amargo e ao amargo doce, ao sábio chama-se tolo e ao tolo de sábio, a humanidade está paulatinamente sendo descaracterizada, se perdendo no tempo e no espaço.

Sabe-se que com todo o avanço da globalização e da tecnologia não se pode parar no tempo, sim isto é certo, contudo, é necessário o indivíduo fazer uma autoavaliação, revisar os conceitos, rever posições e opiniões, resgatar a identidade de um autêntico ser humano, que em algumas situações parece não corresponder ao indivíduo portador, em meio a todo esse advento da pós-modernidade, não se pode mecanizar tudo e nem tão pouco perde a capacidade de raciocinar que os diferencia dos irracionais.

Pensar e repensar o modelo de sociedade que se está inserido é uma tarefa destinada a todos os indivíduos, saindo do campo da acomodação para uma zona de desconforto causada pela intensidade das indagações. Deve está atento as diversas mudanças frenéticas ocorridas no contexto analisado. A desacomodação impulsiona o ser a tomar uma atitude de ação para com a realidade que o cerca. Sair do interior do casulo, sair de si mesmo

para reavaliar os mecanismos e fazer uma socialização efetiva nos padrões típicos da coletividade, tudo isto para dar uma abertura ao fenômeno que possibilita ao ser humano compreender-se a si mesmo e ao outro, ou seja, o próprio mundo dentro da alteridade.

É tempo de dar mais sentido à existencialidade humana em todas as esferas e colocar em prática o diálogo, a reflexão, o questionamento, analisar o contexto social da realidade vigente, refletir a partir de uma preocupação filosófica rumo à compreensão das significações e ressignificações conceituais, observando toda a complexidade problemática que pairam sobre o eixo da existência humana.

Esses desafios da atualidade exigem de cada ser humano mais capacidade criadora e mais dinamismo principalmente dos que lidam no setor educacional, a educação é necessária à construção de um entendimento novo para o exercício de sua prática diária. É neste gancho que a Filosofia atuar, pois ela cria um elo de aprendizagem com o aluno através do campo da interdisciplinaridade.

A Filosofia desempenha seu papel em torno da participação na formação dos indivíduos aguçando a capacidade do pensar crítico sobre os problemas da contemporaneidade e ainda contribui no processo da descoberta identitária de cada ser.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, V. K. de; INÁCIO FILHO, G. **A educação moral e cívica: doutrina, disciplina e prática educativa**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, Unicamp, 2006, p. 125-134.

AMORIM, Wellington Lima. **A Arte de Flanar**. Revista Filosofia: ciência e vida. nº 75 – Ano VII - p. 17-23, Outubro/2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. – 4. ed. – São Paulo: Moderna, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 5.

BRASIL. **Filosofia: ensino médio**/coordenação, Gabriele Cornelli, Marcelo Carvalho e Márcio Danelon. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 212 p.: il.(Coleção Explorando o Ensino; v.14).

\_\_\_\_\_. **Ciências humanas e suas tecnologias**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. P.113. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3).

CAMPANER, Sônia. **Filosofia: ensinar e aprender**. –São Paulo: Livraria Saraiva, 2012.

CARMINATI, Celso João 1 . **(Des) Razões da retirada da Filosofia do Ensino Médio no Brasil**. Revista: Linhas (Florianópolis). ISSN: 1518-367X. Autores: Carminati, Celso Joao1. Instituições: 1 Universidade do Estado de Santa Catarina. Ano: 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Quando Um País se Apequena**. Revista de História da Biblioteca Nacional. ano 9, nº 103, p.22-25, abril de 2014.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteadó. **Filosofia no Ensino do 2º Grau**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.1985.

CORREIA, W. F. **A Educação Moral e Cívica do Regime Militar Brasileiro, 1964-1985: a filosofia do controle e o controle da filosofia**. EccoS, São Paulo, v.9, n. 2, , jul./ dez.2007, p.489-500.

COSTA, Cruz. **Panorama da História da Filosofia no Brasil**. São Paulo: Cultrix. 1960

DREY, Vinícius UPE ; BRUSTOLIN, Fabrício FAE. **Desafios e Reflexões: o paradigma da educação atual**. IX ANPED SUL seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 17 pp, 2012.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, nº47, p.29-60, 2004.

FONTES, Jamile Magalhães Barreto. **O direito ao (não) esquecimento como um direito humano**. Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4082, 4 de set. 2014. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/31543>. Acesso em: 19 set. 2014.

GALLO, Carlos Artur. **O Direito á Memória e á Verdade no Brasil Pós-ditadura Civil-Militar**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. Vol.2 Nº 4, Dezembro de 2010.

GUIRALDELLI JH. P. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, SP: Manoli, 2003.

INCONTRI, Dora. **Filosofia - Construindo o pensar**, volume único/ Dora Incontri, Alessandro César Bigheto, - São Paulo: Escala Educacional, 2008.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico** /4 ed-São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MAZAI, Norberto; RIBAS, Maria Alice Coelho. **Trajetória do Ensino de Filosofia no Brasil**. *Disciplinarum Sciente*. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V. 2, n.1, p. 1-13, 2001.

MOURA JÚNIOR, Sebastião Raul. **Comissão da verdade: até que ponto?** . *Jus Navegandi*, Teresina, ano 17, n.3303, 17 jul. 2012. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22225>. Acesso em: 20 set. 2014.

PORCHAT PEREIRA, Oswaldo. **Discurso aos estudantes sobre a pesquisa em filosofia**. In: Souza, José Crissóstomo (Org.). *A filosofia entre nós*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

QUEIROZ, Cecília Telma Pontes de; MOITA Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Fundamentos sócio-filosóficos da educação**. Fasc. 08- Ditadura Militar, sociedade e educação no Brasil– Campina grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

RODRIGUES, Cinthia. **Não se fez Tábula Rasa**. *Revista Carta na Escola*. nº 85. P. 20-23, abril 2014.

SADER, Emir. **A 50 Anos do Golpe no Brasil**. *Revista Carta na Escola*. nº 85, abril 2014, p.36-39.

SAFSTLE, Vladimir. **Como Perpetuar uma Ditadura**. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. ano 9, nº 103, P.36-39, abril de 2014.

SAN'TANNA, Marilene Antunes. **Delírio das Bússulas**. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. ano 9, nº 103, P.18-20, abril de 2014.

SANTOS, Alice. **Filosofia e Educação para o Pensamento Crítico**. *Philosoophica* 6, Lisboa, 1995, PP. 71-79.

SANTOS, Jordana de Souza. **A Repressão ao Movimento Estudantil na Ditadura Militar**. *Revista Aurora*. Ano III, Nº 5, Dezembro de 2009, p. 101-108.

SCHMITZ, Egídio. **Os Jesuítas e a Educação**. São Leopoldo- RS: Unisinos. 1994.

SECCO, Lincoln. **Cérebros Ceifados**. Revista Carta na Escola. nº 85. P.40-45, abril 2014.

SILVA, Alex Sander. **A Filosofia nos tempos de hoje: algumas questões básicas na formação crítica do sujeito contemporâneo**. Educação em Revista, n.6, p.9-22, 2005.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **O Anjo da História e a Memória das vítimas: o caso da Ditadura Militar no Brasil**. Veritas. Porto Alegre, v.53, n.2, 2008, p.150-178.

PEREIRA, Cássia Regina Dias. **Filosofia e Sociologia: um estímulo á consciência crítica**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR. p. 1522-1535.

TORELLY, Marcelo. **Direitos versus Democracia**. Revista de História da Biblioteca Nacional. ano 9, nº 103, p.26-29, abril de 2014.